

## Roguem pela Previdência

Carlos José Marques

A reforma da Previdência segue parada no ar, estacionada no limbo, à espera da boa vontade e do senso de dever dos senhores congressistas. É uma espera custosa. Pior que isso: representa um grau de instabilidade danoso a qualquer movimento da economia. O mercado reflete a inquietação. O adiamento das novas regras para aposentados só aumenta o fosso de desigualdades e de desarranjo no orçamento público. Empresários de várias vertentes começam a se mobilizar para pressionar os legisladores. Organizam caravanas. Questionam diretamente cada parlamentar sobre os motivos da hesitação. Falar em preocupação eleitoral no momento é, no mínimo, irresponsável. A reforma está na base do ciclo virtuoso que se prenuncia no horizonte. Do contrário, sem ela, o retrocesso financeiro será gigantesco. Com resultados catastróficos em todas as áreas.

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, admitiu em entrevista que a âncora de garantia da solvência do País está sustentada nesse projeto. Não é exagero. Os gastos com aposentadorias, todos sabem, já ultrapassaram qualquer limite razoável. Corroem mais da metade da verba do Estado para investimentos. Analistas são unânimes em apontar que o debate sobre mudanças no sistema está atrasado ao menos duas décadas. E que não há mais tempo a

perder.

O modelo em vigor hoje vem efetivamente transferindo renda dos pobres para os ricos. Os maiores beneficiados estão no topo da cadeia: servidores públicos em geral, os próprios parlamentares, militares e demais categorias tratadas com uma distinção de pensões imorais. É fundamentalmente com isso que se espera acabar a partir do projeto do Governo. A proposta já foi brutalmente cortada em sua essência. Hoje a luta é por ao menos parte dos avanços contidos no texto original. Alguma coisa é melhor que nada, pregam os idealizadores. Empurrar o assunto com a barriga é a mesma coisa que jogar sujeira para debaixo do tapete. Uma hora não dará para esconder mais. O Ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, é outro que faz coro aos alertas quanto à ameaça embutida nos seguidos adiamentos da votação da pauta. Segundo ele, o cenário já está em situação de extremo risco. O ajuste fiscal de 2018, por exemplo, poderá ficar seriamente comprometido se a votação da previdência não andar. Na prática, ninguém conta com essa possibilidade. Diante da evidente falência do quadro em vigor, é razoável se esperar que deputados e senadores tirem da frente o assunto para depois não serem acusados como responsáveis pelo caos. Na reta final das negociações, as conveniências estão pesando, mas o bom-senso deve prevalecer. Assim esperam os brasileiros.

## À espera do sim

*Após intensa articulação política, o presidente Michel Temer decide adiar para fevereiro a votação da Reforma da Previdência. Se aprovada, a proposta vai gerar inúmeros benefícios à economia*



Articulação: o presidente Michel Temer aguardava, na terça-feira 12, a entrada de empresários favoráveis à reforma da Previdência Social, no Palácio do Planalto (Crédito: Pedro Ladeira)

Lúis Artur Nogueira

No pior estilo de novela mexicana, a reforma da Previdência Social já tem novos capítulos programados para os primeiros meses de 2018. Os protagonistas deste melodrama fiscal são os 513 deputados federais, que ainda não entenderam que as novas regras das aposentadorias tornam o sistema mais justo, não prejudicam os mais pobres e ainda melhoram o clima econômico. Na quinta-feira 14, enquanto se recuperava de um procedimento urológico, no Hospital Sírio-Libanês, em São Paulo, o presidente Michel Temer considerou mais prudente adiar para fevereiro a primeira votação na Câmara dos Deputados, descartando uma tentativa que seria feita dias antes do Natal. Responsável por anunciar o novo cronograma, o presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ), disse estar confiante na aprovação da

reforma. “No dia 19 de fevereiro, a matéria estará pronta para ser votada no plenário da Câmara”, afirmou Maia.

Nas últimas semanas, o governo conquistou apoios importantes de partidos que fecharam questão em torno do tema. Isso, na prática, significa que as bancadas do PMDB, PTB, PPS, PP e PSDB – ou a maioria dos integrantes – votarão “sim” ao texto do relator Arthur Maia (PPS-BA). No caso dos tucanos, a decisão tomada na quarta-feira 13, na reunião da executiva nacional do partido, foi uma vitória do governador Geraldo Alckmin, que assumiu recentemente a presidência da legenda e é o nome mais cotado para disputar a eleição de 2018. “Vamos fazer o convencimento para ter o maior número de votos”, disse Alckmin. “Esse não é o momento de discutirmos punição [de deputado que votar contra].”



Preocupação: o ministro da Fazenda, Herique Meirelles, vai conversar com as agências de classificação de risco para explicar o adiamento da votação (Crédito:Valter Campanato)

A expectativa do Palácio do Planalto é a de que mais partidos

sigam o mesmo caminho à medida que a campanha publicitária do governo esclareça aos brasileiros os benefícios da reforma. Nos próximos dias, o presidente Temer irá, inclusive, participar do programa Silvio Santos, no SBT, para tentar angariar apoio popular às novas regras de aposentadoria. Na terça-feira 12, o peemedebista reuniu dezenas de empresários, em Brasília, num ato a favor da reforma. “Vim aqui pedir aos senhores para ligar para o seu deputado, seu senador, dizer que o setor produtivo precisa disso”, disse Temer, que teve o seu pedido atendido por vários sindicatos patronais.



Cronograma: o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, garante votação em 19 de fevereiro (Crédito:Dida Sampaio)

Para os analistas, o adiamento da votação para 2018, um ano eleitoral, diminuiu as chances de aprovação. Ainda assim, as previsões econômicas para o ano que vem são mais positivas do que as registradas neste ano, com alta estimada de 2,6% para o Produto Interno Bruto (PIB) ante 0,9% em 2017, segundo o Boletim Focus do Banco Central. “Se o governo nos surpreender e conseguir aprovar a





reforma, os principais indicadores vão melhorar ainda mais”, diz o professor Rodolfo Olivo, coordenador da graduação da Fundação Instituto de Administração (FIA). “A bolsa sobe, o dólar cai e a confiança aumenta.” Há um consenso entre os especialistas de que o cumprimento do “Teto dos Gastos” é impossível sem a reforma da Previdência, cujo rombo vai superar a casa de R\$ 200 bilhões em 2018. Portanto, se o governo Temer não conseguir aprová-la, a bomba cairá no colo do novo presidente. “Nesse caso, ou o próximo governo faz a reforma, ou desfaz a regra do teto”, diz o economista Juan Jensen, sócio da 4E Consultoria. “É claro que desfazer a regra do teto seria um enorme retrocesso.”



Apoio Tucano: o novo presidente do PSDB, Geraldo Alckmin, conseguiu fechar questão no partido a favor da reforma da Previdência

Diante de um rombo total das contas públicas estimado em R\$ 159 bilhões neste ano e em 2018, o País correrá o risco de ser novamente rebaixado pelas agências de classificação de risco, caso o governo perca essa batalha (leia os impactos econômicos abaixo). Preocupado com esse quadro, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, vai conversar, nos próximos dias, com as principais agências para explicar o adiamento da votação. “Vamos esclarecer que há uma possibilidade concreta de votar a reforma no ano que vem”, disse Meirelles, na quinta-feira 14. Para aprovar a reforma da Previdência Social, é preciso que três quintos dos deputados (308 parlamentares) e dos senadores (49 parlamentares) votem “sim” nos dois turnos. No Senado Federal, o governo tem uma maioria mais sólida. Já na Câmara dos Deputados, o núcleo político do Palácio do Planalto prefere garantir pelo menos 320 votos

antes de colocar o texto em pauta.

Durante o recesso parlamentar, os deputados federais poderão constatar, em visita a suas bases, se a população está compreendendo que as novas regras são essenciais para garantir a sustentabilidade do sistema de aposentadorias. Além disso, terão bastante tempo para ler um estudo do consultor do Senado Pedro Fernando Nery, que desmonta a tese de que os deputados que votam a favor de reformas da Previdência não conseguem mais se eleger. Em 1998, no governo Fernando Henrique Cardoso, a Câmara dos Deputados analisou mudanças nas regras do INSS. Dos 466 votantes, 406 disputaram a reeleição. Entre os que votaram a favor da idade mínima, 69% se elegeram, ante 50% dos que foram contra. Conclusão: não passa de um mito a informação de que o apoio à reforma da Previdência significa a perda de votos na eleição seguinte.

## REFORMA URGENTE

Conheça os efeitos na economia brasileira, em 2018, se o Congresso Nacional aprovar ou rejeitar as novas regras da Previdência Social

	PIB	INVESTIMENTO	CÂMBIO	BOLSA	INFLAÇÃO	SELIC	RISCO-PAÍS
<b>SIM</b> À REFORMA	CRESCER ACIMA DE 2%	AUMENTA	VALORIZA	SOBE	ESTÁVEL	ESTÁVEL	ESTÁVEL
<b>NÃO</b> À REFORMA	CRESCER ABAIXO DE 2%	FICA ESTAGNADO	DESVALORIZA	DESCE	PODE SUBIR	PODE SUBIR	REBAIXAMENTO

## Custo de servidor de território na União pode superar R\$ 2,2 bi

Por Fábio Pupo | De Brasília



Rodrigo Maia: proposta de Jucá estava na pauta há muito tempo e governo não se moveu para impedir a aprovação.

Mais de 20 anos após a extinção dos territórios de Amapá, Rondônia e Roraima, o gasto da União com servidores dessas unidades pode ser em breve multiplicado por seis e passar de R\$ 2,2 bilhões ao ano por leis criadas pelo Congresso. O cálculo foi feito pelo Valor a partir de dados do Ministério do Planejamento e leva em conta a mais recente emenda constitucional sobre o tema, promulgada neste mês.

Atualmente, compõem o quadro da União 4.452 pessoas transferidas dos três ex-territórios, com custo total de R\$ 356 milhões ao ano. Elas começaram a ser transferidas para o governo federal por diferentes iniciativas criadas por parlamentares a partir da década de 1990 com a justificativa de fazer "justiça" com os servidores que trabalharam nesses locais.

Além das pessoas já transferidas,

a comissão do Ministério do Planejamento responsável pelo tema publicou relatório neste ano em que diz ter autorizado outros 5.443 pedidos - que aguardam apenas portarias de nomeações. Por isso, o número de servidores de ex-territórios nos quadros da União vai chegar a quase 10 mil só com as leis já em vigor, o que deve fazer os custos totais com eles chegarem a R\$ 791 milhões ao ano. O cálculo considera a despesa mensal média de R\$ 6,6 mil mensais por servidor já transferido (o que leva em conta remuneração, décimo terceiro, férias e auxílio alimentação).

Mas ainda há uma fila de interessados. Outras 25 mil pessoas de territórios requisitaram entrar no quadro da União e atualmente aguardam a verificação de documentos feita pela comissão do Planejamento. Até agora, o percentual de deferimento tem sido de 40% dos casos analisados.

A medida mais recente aprovada deve ampliar ainda mais o quadro. No início do mês, o Congresso promulgou emenda constitucional do senador Romero Jucá (PMDB-RR), líder do governo no Senado, que permite a quem tenha mantido qualquer relação de trabalho por pelo menos três meses com os ex-territórios de Roraima e do Amapá e suas prefeituras optarem pelo quadro em extinção do governo federal, desde que o vínculo tenha

ocorrido no período de criação dos Estados (entre 1988 e 1993). Ou seja, basta ter trabalhado por três meses no período para obter o direito de virar servidor estatutário da União hoje.

De acordo com projeções de Jucá e de sindicatos locais, o número de pessoas beneficiadas pelo novo texto pode chegar a 18 mil. Considerando o atual custo mensal por servidor transferido, o gasto com o projeto do Jucá pode chegar a R\$ 1,3 bilhão ao ano.

Dessa forma, considerando os pedidos já deferidos mais o máximo de pessoas a serem incluídas no quadro da União pela emenda de Jucá, o gasto total com os servidores dos territórios pode chegar a R\$ 2,2 bilhões. Esse número não considera os 25 mil pedidos que já estão hoje na fila da análise.

Parte dos que têm direito à transferência já está aposentada. Do total dos transferidos até hoje, 79% dos servidores estão na faixa etária de 50 a 70 anos.

Jucá já começou a ter reuniões com membros do Ministério do Planejamento para discutir o tema, que precisa de regulamentação do Executivo por medida provisória em até 90 dias. Após esse período, os interessados ainda terão mais 30 dias para fazer seu requerimento. Só depois disso que o Ministério do





Planejamento diz ter condições de fazer uma estimativa oficial de impacto fiscal.

Nos bastidores, técnicos da equipe econômica acreditam que a emenda não traz benefícios ao governo. Além disso, veem a medida como eleitoreira. Jucá anunciou a proposta no Twitter como "histórica" e diz que ela "representa a conquista de um sonho para mais de 10 mil famílias em Roraima".

Procurado, Jucá não comentou o texto, mas membros de seu gabinete disseram que as pessoas alvo da emenda podem ser consideradas "vítimas" por terem trabalhado nos ex-territórios em condições inadequadas, isoladas e sem comunicação. Muitas teriam sido desligadas do serviço público com a criação dos Estados, embora parte tenha conseguido ser transferida para os quadros dos Estados.

Relatório da deputada Laura Carneiro (PMDB-RJ) em comissão que analisou o texto cita como justificativa a necessidade de "se fazer justiça com as pessoas que

outrora enfrentaram condições de trabalho precárias e penosas para que Roraima e o Amapá pudessem se consolidar como unidades da federação".

Apesar das críticas, representantes da equipe econômica também não se manifestaram durante a tramitação, na visão de parlamentares. Questionado sobre o tema na época da aprovação, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), disse que a proposta de Jucá estava na pauta há muito tempo e que o governo não se moveu para impedir a aprovação.

Apesar do discurso de austeridade dos ministérios da Fazenda e Planejamento, o Congresso tem criado projetos que afetam as finanças da União e, por outro lado, tem demorado em aprovar iniciativas de ajuste. Em 2018, o Tesouro considera um contingenciamento de até R\$ 21,4 bilhões nas despesas discricionárias caso as medidas enviadas pelo Executivo não sejam aprovadas. (Colaborou Raphael Di Cunto, de Brasília)

Entrevista da 2a. - Romero Jucá, 63  
**Governista tem de mostrar  
capacidade de ganhar eleição**

PARA o SENADOR E PRESIDENTE DO PMDB, GESTÃO TEMER SAI FORTALECIDA APÓS ANO TURBULENTO E PODE TER NOME PARA 2018

TALITA FERNANDES

DE BRASÍLIA

O líder do governo no Senado e presidente do PMDB, Romero Jucá (RR), afirma que o candidato governista à Presidência em 2018 precisa demonstrar “capacidade de ganhar a eleição”.

Principal articulador político de Michel Temer no Congresso, Jucá diz, em entrevista à Folha, que o tucano Geraldo Alckmin é um bom nome, mas não o único.

Ele ataca o ex-procurador - geral da República Rodrigo Janot, autor de duas denúncias contra Temer, e diz que a reforma da Previdência seria aprovada se não fosse a atuação do ex-PGR.

Responsável por anunciar o adiamento da reforma para 2018, Jucá reconhece que sua aprovação em ano eleitoral ficou “mais difícil”.

?

**Folha- Termina um ano**

*turbulento para o governo. Foram arquivadas duas denúncias contra o presidente e aprovada a reforma trabalhista, mas o grande trunfo, a reforma da Previdência, não foi votada. O saldo é positivo?*

Romero Jucá - É extremamente positivo. O presidente Temer assumiu o governo há um ano e meio com inflação de 10,45%. Agora está em 2,8%. Pegamos taxa de juros de 14,75% e está a 7% —a menor da história do país.

Foi um ano e meio em cima de turbulências inimagináveis. Nós tivemos um ataque especulativo. O interesse do senhor Janot era derrubar o governo. Na verdade, o presidente Temer resistiu e saiu mais forte.

*Mas sai fraco sem a reforma da Previdência...*

Não sai fraco. Eu diria que não sai fortalecido o necessário para a economia responder da forma que poderia fazer.

*O senhor disse que a turbulência está passando. A Lava Jato perdeu força?*

Não temos mais vazamentos irresponsáveis e fabricação de crise. Na época do Janot tínhamos fabricação de crises não

verdadeiras. Isso tumultuou a política, a economia. Tentou-se acabar com a classe política deliberadamente forjando delações.

*Temer nomeou a nova PGR e trocou a direção da PF. Isso não é estancar a sangria como o senhor havia dito naquela conversa com Sérgio Machado (ex-presidente da Transpetro)?*

Primeiro que estancar a sangria se referia ao governo Dilma. Não era estancar a Lava Jato. Estava sangrando o país, acabando com o Brasil —e a prova è que revertemos isso. A Lava Jato eu sempre defendi. A doutora Raquel Dodge [a atual PGR] age com responsabilidade, não está estripando o país como Janot fez. A Polícia Federal ter um diretor novo depois de um tempo enorme è algo extremamente natural. Você cobrar responsabilidade e o cumprimento da lei não è estancar nada. È estancar o abuso.

*O senhor è alvo de vários inquéritos.*

Fiz questão de depor nos inquéritos. Um deles è porque estava num almoço e apareceu o Paulo Roberto [Costa, ex-di-retor da Petrobras]. Depois não se chegou a mais nada.





Em outro montaram a gravação com Sérgio Machado. Quem montou? Marcelo Miller [ex-procurador]. Montou-se uma gravação, encomendou-se um pistoleiro, que é o Sérgio Machado, para salvar os filhos dele que roubaram.

O Janot criou um acordo e mandou seu braço direito fazer uma delação e envolver a classe política toda. Renan Calheiros, Aécio Neves, eu, todo mundo. O que isso demonstra? Ação deliberada.

***Lula será julgado em janeiro. Como o sr. avalia o cenário eleitoral em relação a ele?***

Acho que se Lula for condenado, ele deixa de ser candidato. Se for inabilitado, será um cabo eleitoral importante, mas não poderá ser candidato. Lula sendo candidato, o eixo da eleição é o Lula e o anti-Lula. Ele não sendo candidato, o eixo da eleição é muito mais a economia e o discurso dos outsiders.

***O que favorece o candidato do governo.***

Ou não. Depende de quem será. Tem que ser um candidato que demonstre capacidade de ganhar a eleição. Essa será a principal aglutinação que ele poderá fazer.

***O governador Geraldo Alckmin (PSDB) é um bom nome?***

Alckmin é um bom nome, mas existem outros.

***Quais?***

No PSD, existe o Henrique Meirelles [ministro da Fazenda]. No PMDB, temos o Paulo Hartung [governador do Espírito Santo], o próprio presidente Temer, que pode ser candidato ou não.

***Não está descartada essa possibilidade de Temer sair?***

Não. Ele descarta, mas a política é um processo.

***Meirelles disse em entrevista à F olha que Alckmin não será o candidato do Planalto porque não abraçou o legado do governo. O senhor concorda?***

O que o PSDB disse há um tempo pode ser revisto. O próprio PSDB pode fazer isso. Um exemplo é fechar questão pela reforma da Previdência.

***Mesmo com uma aprovação do presidente tão pífia, de 5%, é possível defender o legado?***

O governo tem um legado.

***Qual é o legado?***

Taxa de juros baixa, inflação controlada, crescimento econômico, emprego, reforma trabalhista, reformas estruturantes. Estamos saindo de uma tempestade. A cada dia que passa, o legado cresce, e o fortalecimento do PMDB ocorre. O governo está construindo um legado na economia e na gestão que será um pilar importante na campanha.

Os partidos precisam ter o bom senso de construir uma chapa forte, que defenda esse legado. Pode ser com o PSDB, com o DEM, com qualquer partido. Se houver essa defesa, nós estaremos num projeto coletivo. Se não houver, aí o PMDB poderá não estar num conjunto de forças, poderá ter candidatura própria.

***Como o senhor vê o PMDB no ano que vem?***

No dia 19 (terça-feira) vamos ter a convenção para resgatar o nome MDB (Movimento Democrático Brasileiro). Não queremos ser um partido político só, queremos ser uma força política.

***Será feita uma sinalização de candidatura própria?***

Não, pois candidatura própria é uma construção. Daremos início a uma discussão de ajuste do programa do partido.

***O senhor fala em legado econômico. Como traduzir isso para o eleitor que não sentiu esse impacto?***

Isso se fará no próximo ano. A macroeconomia replica na microeconomia e repercute na vida das pessoas.

***Por que a reforma da Previdência ficou para 2018?***

O governo fez uma proposta, existiram percalços. Foi feita a construção de uma proposta menor, mais palatável. Três partidos





fecharam questão: o PMDB, o PTB e o PSDB, e outros acenam com essa possibilidade, como o DEM.

O governo tinha os votos num primeiro momento, mas Janot torpedeou a Previdência com as denúncias. Prestou um desserviço ao Brasil. Se tivéssemos votado a reforma da Previdência, o quadro da economia seria hoje muito melhor. A reforma é um ponto fundamental porque é o maior gasto público. E o ponto central do teto do gasto.

***Em 2018, ano eleitoral, não será mais difícil aprová-la?***

É mais difícil. Mas agora não temos votos e estamos num

crescente de conquista.

***Como está a conta hoje?***

Não sei, mas não temos os 308 votos necessários.

***Sem a reforma, qual seria uma medida para compensar?***

Isso depende do Meirelles e do Dyogo Oliveira [ministro do Planejamento]. O governo não vai criar imposto. Até seria [uma forma de compensar], mas não é o momento. O país não aguenta mais impostos.

***Dizem que o senhor ainda é o ministro do Planejamento...***

O ministro é o Dyogo que, aliás,

é um excelente ministro.

***O que dá tempo ainda de votar em 2018?***

Acho que dá para votar a Previdência, medidas macroeconômicas e talvez uma pequena reforma tributária.

***Qual sua opinião sobre as perspectivas de crescimento?***

Eu penso que vai ter crescimento [do PIB, Produto Interno Bruto]. Claro que ainda há um intervalo de crescimento entre 2,5% e 3%. O governo quando fala de números tem que ser conservador, não pode especular.